



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98) 3198 4481 gabjoseluiz@tjma.jus.br

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

SESSÃO DO DIA 12 DE MARÇO DE 2015.

Nº ÚNICO: 0000242-81.2015.8.10.0000

HABEAS CORPUS Nº 002024/2015 – CANTANHEDE (MA)

PACIENTE : Cleonildes Silva da Costa
IMPETRANTE : Wyllyanny Santos da Silva
IMPETRADO : Juízo de Direito da Vara única da comarca de Cantanhede
INCIDÊNCIA PENAL : Arts. 33, *caput*, c/c § 1º, III, 35, *caput*, 36 e 40, V e VII, da Lei nº 11.343/06

RESUMO

• **Objeto:** soltura.

- Carência de fundamentação do decreto prisional
- Excesso de prazo.

Data da prisão: 15/04/2014

• **Fatos e circunstâncias do crime (extraída da denúncia, fls. 52/60)**

- A denúncia foi ofertada contra **DOZE** réus, todos acusados de integrarem uma organização criminosa especializada em traficar drogas no interior do Estado, especialmente nas cidades de Cantanhede, Pirapemas, São Mateus, Matões do Norte, Arari e Miranda do Norte.
- A paciente e seu companheiro e corréu na ação penal, Augusto César Lago dos Santos, são acusados pelo MPE de chefiar a dita organização criminosa voltada para a traficância.
- Os demais corréus na ação penal, dentre eles, os conhecidos pelos vulgos de “Cametá”, “Caburé”, “Gordo Mototaxista” afirmaram que já comercializaram ou transportaram entorpecente a mando da paciente e do corréu César.

• **Argumentos contidos no writ/razões – fls. 03/35:**

- a paciente está sofrendo coação ilegal por excesso na formação da culpa, pois está custodiada há mais de 09 (nove) meses, e até o presente momento, a instrução sequer iniciou, assentando que a mora processual não é atribuível à defesa, e sim, à deficiência do aparato judiciário;
- a prisão ilegal da paciente traduz ofensa a diversos direitos e garantias fundamentais, previstos na Constituição Federal e na Convenção Interamericana de Direitos Humanos, especialmente a presunção de inocência e razoável

José Luiz de Oliveira Almeida
Desembargador



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98) 3198 4481 gabjoseluiz@tjma.jus.br

duração do processo; e

- afigura-se absurda a alegação acusatória de que a paciente seria líder de uma organização criminosa, pois ela trabalha como auxiliar de serviços gerais, sempre residiu na comarca de Cantanhede, além de ser primária e ostentar bons antecedentes.

• **Informações:** fls. 72/76.

• **Liminar:** Indeferida, fls. 153/156.

• **Parecer da PGJ:** fls. 158/163 – **Regina Maria da Costa Leite**. Conhecimento e **denegação** da ordem. Argumentos:

I – o indeferimento do pedido de revogação da prisão preventiva está concretamente fundamentado, e não houve mudança na alteração fática; e

II – inexistência de coação ilegal por excesso de prazo, pois os marcos temporais para conclusão da instrução criminal não são peremptórios, e as peculiaridades do caso, sobretudo a complexidade do feito, com pluralidade de réus, justificam a dilação prazal, sendo que o processo tramita regularmente, dentro dessas circunstâncias.

• **VOTO: De ACORDO com o parecer ministerial, pelo conhecimento e denegação da ordem.**

1. Do excesso de prazo na formação da culpa

- Como premissa argumentativa nos casos de mora processual, tendo assentado que não se afigura adequado adotar-se um raciocínio puramente cartesiano, de mera soma dos prazos processuais legalmente previstos¹, devendo a legalidade da prisão cautelar ser examinada, sempre, à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, em cotejo com as especificidades do caso concreto.

- *In casu*, trata-se de processo no qual se apura a prática, em tese, de vários crimes previstos na Lei nº 11.343/06 (arts. 33, *caput*, c/c § 1º, III, 35, *caput*, 36 e 40, V e VII), com uma **elevada quantidade de réus (doze)**, e necessidade de depreciação de atos processuais, fatores que evidenciam a notória complexidade da causa, o que justifica, sim, certa dilação no trâmite processual, conforme reiterada jurisprudência².

¹ [...] 1. Os prazos para a conclusão da instrução criminal não são peremptórios, podendo ser flexibilizados diante das peculiaridades do caso concreto, em atenção e dentro dos limites da razoabilidade. [...] (HC 239.204/AL, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 02/08/2012, DJe 16/08/2012).

² [...] II - O excesso de prazo pela demora na conclusão da instrução criminal somente restará caracterizado quando decorrente de providências solicitadas exclusivamente pela Acusação ou por desídia estatal, revelando-se justificável, diante da complexidade da ação penal, quantidade de réus denunciados e necessidade de diligências, expedição de precatórias, dentre outros motivos. Precedentes. III - O retardamento para a conclusão da ação penal justifica-se devido à complexidade dos crimes investigados, visto tratar-se de sofisticada organização criminosa especializada na distribuição de drogas ilícitas, bem como por se tratar de processo com 06 (seis) acusados. [...] (RHC 46.981/SP, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, QUINTA TURMA, julgado em 27/05/2014, DJe 02/06/2014).

José Luiz de Oliveira Almeida
Desembargador



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98) 3198 4481 gabjoseluiz@tjma.jus.br

- Convém ponderar, ademais, que a complexidade da causa não pode servir de escusa apriorística para a mora processual, quando constatada a evidente desídia do magistrado condutor do feito³, o que, a par das informações, e da ficha de movimentação atualizada, não observo, pois o juízo impetrado está impulsionando o feito, em tempo e modo, mesmo à vista de todas as peculiaridades que o caso revela, sobretudo, a elevada quantidade de réus com procuradores distintos.

2. Da alegação de carência de fundamentação do decreto de prisão preventiva

OBS.: o decreto de prisão preventiva não está satisfatoriamente fundamentado. Eu, de fato, tive de suprir a carência de fundamentação com elementos extraídos da denúncia, que seguem abaixo.

- O impetrante alega que o decreto de prisão preventiva carece de fundamentos concretos, uma vez que calcado na absurda alegação acusatória, de que a paciente seria líder de uma organização criminosa. Adverte que ela trabalha como auxiliar de serviços gerais, sempre residiu na comarca de Cantanhede, além de ser primária e ostentar bons antecedentes.

- Improcedem tais argumentos.

- Consta dos autos, que a paciente Cleonildes Silva da Costa, conhecida pelo vulgo de “Neide”, e o corréu Augusto César Lago dos Santos seriam líderes de uma organização criminosa, especializada em traficar drogas, desde o ano de 2009, e atuavam nos municípios de Cantanhede, Pirapemas, São Mateus, Matões do Norte, Arari e Miranda do Norte. Os autos noticiam, ainda, que a paciente e o referido corréu adquiriram grande quantidade de *crack*, na cidade de Campinas/SP, para disseminá-la na região, através de uma rede de distribuidores, que incluía até mototaxistas.

- Assim, agiu com acerto o juízo impetrado ao decretar a prisão preventiva para acautelar a ordem pública, pois o fato de disseminar drogas em vários municípios do interior do Estado revela que se trata de uma organização criminosa, e, conseqüentemente, a extrema periculosidade da conduta. [Fragmento. Precedentes.](#)

- Outrossim, a alegação defensiva, acompanhada dos respectivos documentos, de que a paciente seria apenas uma trabalhadora (auxiliar de serviços gerais), não inibe, *ipso facto*, as conclusões do que fora apurado, até o momento, ao longo da persecução, ou seja, de que ela chefia uma organização criminosa voltada para a narcotraficância.

- Isso porque, afigura-se inviável, na estreita via do writ, revolver o arcabouço fático-probatório para desconstituir a versão acusatória narrada na denúncia, mormente quando a impetração não se desincumbe do ônus de trazer provas robustas e indenes de dúvidas a esse respeito.

³ 3. A circunstância de tratar-se de feito complexo, com doze acusados, defensores distintos, necessidade de expedição de cartas precatórias e apreciação de incidente de restituição de coisas apreendidas e de pedidos de liberdade provisória formulados pela defesa, aliada à verificação de inexistência de desídia do Judiciário na condução da ação penal, afasta a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo, devendo ser observado o princípio da razoabilidade. Precedentes. [...] (HC 289.678/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 16/12/2014, DJe 05/02/2015).



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98) 3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

- Por fim, reafirmo que a existência de predicativos favoráveis à concessão da ordem, por si sós, não tem o condão de elidir o decreto prisional, quando presentes os requisitos da prisão preventiva⁴, como se vislumbra no presente caso.

• **CONCLUSÃO:**

- Com essas considerações, conheço do presente *Habeas Corpus*, e, em acordo com o parecer da Procuradoria Geral de Justiça, denego a ordem impetrada.

⁴ [...]02. "Condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, ocupação lícita e residência fixa, entre outras, não têm o condão de, por si só, garantirem ao recorrente a revogação da prisão preventiva se há nos autos elementos hábeis a recomendar a manutenção de sua custódia cautelar" (RHC 41.707/MG, Rel. Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 19/12/2014, HC 274.520/ES, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Quinta Turma, DJe de 17/12/2014, RHC 52.700/SP, Rel. Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 11/12/2014). [...]

José Luiz de Oliveira Almeida
Desembargador



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98) 3198 4481 gabjoseluiz@tjma.jus.br

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

SESSÃO DO DIA 12 DE MARÇO DE 2015.

Nº ÚNICO: 0000242-81.2015.8.10.0000

HABEAS CORPUS Nº 002024/2015 – CANTANHEDE (MA)

PACIENTE : Cleonildes Silva da Costa
IMPETRANTE : Wyllyanny Santos da Silva
AUTORIDADE COATORA : Juízo de Direito da Vara Única da comarca de Cantanhede
INCIDÊNCIA PENAL : Arts. 33, caput, c/c § 1º, III, 35, caput, 36 e 40, V e VII, todos da Lei nº 11.343/06
RELATOR : Desembargador José Luiz Oliveira de Almeida
ACÓRDÃO _____

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. CRIMES TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES INTERESTADUAL, ASSOCIAÇÃO PARA ESTE FIM E FINANCIAMENTO DA TRAFICÂNCIA. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA COMO GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. ALEGAÇÃO DE COAÇÃO ILEGAL POR EXCESSO DE PRAZO. INOCORRÊNCIA. FEITO COMPLEXO, COM PLURALIDADE DE RÉUS (DOZE). DILAÇÃO PRAZAL COMPATÍVEL COM AS PECULIARIDADES DO CASO. INEXISTÊNCIA DE DESÍDIA DO MAGISTRADO CONDUTOR DO FEITO. ARGUMENTOS DE CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL. INEXISTÊNCIA. PERICULOSIDADE CONCRETAMENTE DEMONSTRADA. PACIENTE SUSPEITA DE LIDERAR UMA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA ESPECIALIZADA NO TRÁFICO DE DROGAS, NO INTERIOR DO ESTADO. ORDEM DENEGADA.

1.

3. As nocivas consequências inerentes ao crime de tráfico servem para sustentar o decreto prisional, quando cotejadas com a natureza e quantidade de droga apreendida (quinze

José Luiz de Oliveira Almeida
Desembargador



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98) 3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

cabeças de *crack*), que não pode ser considerada inexpressiva.

4. A quantidade de droga, para subsidiar um decreto de prisão preventiva, deve ser contextualizada às circunstâncias e especificidades do local onde se desenvolve a narcotraficância. Acautelamento da ordem pública devidamente demonstrado, diante da apreensão de mais de 01 Kg (um quilograma) de *crack*, em forma de tablete.

5. Não se afigura desprovido de verossimilhança, tampouco de justificativa idônea, o fundado receio de fuga do paciente, oriundo de outro Estado da Federação (Goiás), onde responde a dois processos criminais por posse e porte ilegal de arma de fogo; ademais, não comprovou, satisfatoriamente, vínculos com o distrito da culpa.

6. As medidas cautelares diversas da prisão revelam-se incompatíveis com a perniciosidade concreta da conduta, consubstanciada na elevada quantidade da droga e sua natureza (um quilo de *crack*, em forma de tablete), capaz de grassar os deletérios efeitos do tráfico em larga escala, mormente em comarcas interioranas, como é o caso dos autos.

7. Se a decisão liberatória da corré no processo de origem se funda, também, em aspectos subjetivos, reputados favoráveis pelo juízo impetrado, inviável acolher o pleito de extensão do benefício para o ora paciente.

8. Ordem denegada.

Acórdão - Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, por unanimidade e em

José Luiz de Oliveira Almeida
Desembargador



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98) 3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

desacordo com o parecer da Procuradoria Geral de Justiça, em conhecer da ordem impetrada, e no mérito, denegá-la, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Participaram do julgamento o Excelentíssimo Desembargador José Luiz Oliveira de Almeida (relator), José Bernardo Silva Rodrigues e Vicente de Paula Gomes de Castro (Presidente). Presente pela Procuradoria Geral de Justiça

São Luís(MA), 22 de janeiro de 2015.

DESEMBARGADOR José Luiz Oliveira de Almeida
RELATOR

José Luiz de Oliveira Almeida
Desembargador



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98) 3198 4481 gabjoseluiz@tjma.jus.br

RELATÓRIO – O Sr. Desembargador José Luiz Oliveira de Almeida

(relator): Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado por Wylyanny Santos da Silva em favor de Cleonildes Silva da Costa, contra ato proveniente do juízo da Vara Única da comarca de Cantanhede.

Narra o impetrante, em síntese, que a paciente, acusada de liderar uma organização criminosa, juntamente com seu esposo e corréu, Augusto Cesar Lago dos Santos, está sendo processada pela prática, em tese, dos crimes tipificados nos arts. 33, *caput*, c/c § 1º, III, 35, *caput*, 36 e 40, V e VII, todos da Lei nº 11.343/06, e encontra-se cautelarmente segregada desde 15/04/2014.

Alega, diante desse cenário, que a paciente está sofrendo coação ilegal por excesso na formação da culpa, pois está custodiada há mais de 09 (nove) meses, e até o presente momento, a instrução sequer iniciou, assentando que a mora processual não é atribuível à defesa, e sim, à deficiência do aparato judiciário.

Argumenta que a prisão ilegal da paciente traduz ofensa a diversos direitos e garantias fundamentais, previstos na Constituição Federal e na Convenção Interamericana de Direitos Humanos, especialmente a presunção de inocência e razoável duração do processo.

Alega, outrossim, que afigura-se absurda a alegação acusatória de que a paciente seria líder de uma organização criminosa, pois ela trabalha como auxiliar de serviços gerais, sempre residiu na comarca de Cantanhede, além de ser primária e ostentar bons antecedentes.

Com esses fundamentos, requer a concessão da ordem, liminarmente, para relaxar a prisão da paciente por excesso de prazo na formação da culpa, confirmando os efeitos da medida no julgamento meritório final.

Com a inicial, vieram os documentos de fls. 37/67.

José Luiz de Oliveira Almeida
Desembargador



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98) 3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

As informações foram de pronto requisitadas, às fls. 70, para subsidiar o exame liminar, sendo prestadas às fls. 72/76.

Atendendo ao despacho de fls. 77/78, o impetrante supriu a deficiência de instrução no *writ*, colacionando aos autos as decisões que mantiveram a segregação cautelar da paciente, às fls. 87/89 e 95/96.

Indeferimento do pleito liminar, às fls. 153/156.

Em parecer conclusivo às fls. 158/163, a Procuradora de Justiça Regina Maria da Costa Leite opina pelo conhecimento e denegação da ordem, aduzindo, em suma:

I – o indeferimento do pedido de revogação da prisão preventiva está concretamente fundamentado, e não houve mudança na alteração fática; e

II – inexistente coação ilegal por excesso de prazo, pois os marcos temporais para conclusão da instrução criminal não são peremptórios, e as peculiaridades do caso, sobretudo a complexidade do feito, com pluralidade de réus, justificam a dilação prazal, sendo que o processo tramita regularmente, dentro dessas circunstâncias.

É o relatório.

José Luiz de Oliveira Almeida
Desembargador



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98) 3198 4481 gabjoseluiz@tjma.jus.br

RELATÓRIO – O Sr. Desembargador José Luiz Oliveira de Almeida

(relator): Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado por Wyllyanny Santos da Silva em favor de Cleonildes Silva da Costa, contra ato proveniente do juízo da Vara Única da comarca de Cantanhede.

Preliminarmente, conheço do presente *writ*.

Consoante relatado, a impetração questiona a legalidade da segregação preventiva da paciente Cleonides Silva da Costa, sob dois argumentos: carência de fundamentação e excesso de prazo na formação da culpa. Analiso-os, pontualmente, nas linhas que seguem.

1. Do excesso de prazo na formação da culpa

Quando sumariada a questão, não entreve o aventado excesso prazal, à vista da aparente complexidade da causa, tudo a justificar certa dilação na tramitação do feito.

Agora, em aprofundamento cognitivo da *quaestio*, reitero tal sorte de ideias.

Como premissa argumentativa nos casos de mora processual, tendo assentado que não se afigura adequado adotar-se um raciocínio puramente cartesiano, de mera soma dos prazos processuais legalmente previstos⁵, devendo a legalidade da prisão cautelar ser examinada, sempre, à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, em cotejo com as especificidades do caso concreto.

In casu, trata-se de processo no qual se apura a prática, em tese, de vários crimes previstos na Lei nº 11.343/06 (arts. 33, *caput*, c/c § 1º, III, 35, *caput*, 36 e 40, V e VII), com uma **elevada quantidade de réus (doze)**, e necessidade de deprecação de

⁵ [...] 1. Os prazos para a conclusão da instrução criminal não são peremptórios, podendo ser flexibilizados diante das peculiaridades do caso concreto, em atenção e dentro dos limites da razoabilidade. [...] (HC 239.204/AL, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 02/08/2012, DJe 16/08/2012).



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98) 3198 4481 gabjoseluiz@tjma.jus.br

atos processuais, fatores que evidenciam a notória complexidade da causa, o que justifica, sim, certa dilação no trâmite processual, conforme reiterada jurisprudência⁶.

Nessa balada, o juízo dito coator, em suas informações, assenta que **“o processo em questão detém um caráter de maior complexidade, sobretudo pela pluralidade de réus, com diferentes advogados e, ainda, pela necessidade de vários atos serem formalizados mediante carta precatória, o que demanda maior tempo para cumprimento, não se configurando, portanto, constrangimento ilegal por excesso de prazo”**.

Convém ponderar, ademais, que a complexidade da causa não pode servir de escusa apriorística para a mora processual, quando constatada a evidente desídia do magistrado condutor do feito⁷, o que, a par das informações, e da ficha de movimentação atualizada, não observo, pois o juízo impetrado está impulsionando o feito, em tempo e modo, mesmo à vista de todas as peculiaridades que o caso revela, sobretudo, a elevada quantidade de réus com procuradores distintos.

2. Da alegação de carência de fundamentação do decreto de prisão preventiva

Consoante relatado, o impetrante alega que o decreto de prisão preventiva carece de fundamentos concretos, uma vez que calcado na absurda alegação

⁶ [...] II - O excesso de prazo pela demora na conclusão da instrução criminal somente restará caracterizado quando decorrente de providências solicitadas exclusivamente pela Acusação ou por desídia estatal, revelando-se justificável, diante da complexidade da ação penal, quantidade de réus denunciados e necessidade de diligências, expedição de precatórias, dentre outros motivos. Precedentes. III - O retardamento para a conclusão da ação penal justifica-se devido à complexidade dos crimes investigados, visto tratar-se de sofisticada organização criminosa especializada na distribuição de drogas ilícitas, bem como por se tratar de processo com 06 (seis) acusados. [...] (RHC 46.981/SP, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, QUINTA TURMA, julgado em 27/05/2014, DJe 02/06/2014).

⁷ 3. A circunstância de tratar-se de feito complexo, com doze acusados, defensores distintos, necessidade de expedição de cartas precatórias e apreciação de incidente de restituição de coisas apreendidas e de pedidos de liberdade provisória formulados pela defesa, aliada à verificação de inexistência de desídia do Judiciário na condução da ação penal, afasta a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo, devendo ser observado o princípio da razoabilidade. Precedentes. [...] (HC 289.678/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 16/12/2014, DJe 05/02/2015).



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98) 3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

acusatória, de que a paciente seria líder de uma organização criminosa. Adverte que ela trabalha como auxiliar de serviços gerais, sempre residiu na comarca de Cantanhede, além de ser primária e ostentar bons antecedentes.

Pois bem.

Em que pesem tais argumentos, devo dizer que a segregação cautelar da paciente está embasada em elementos empíricos que evidenciam sua concreta periculosidade, a ensejar a manutenção da medida extrema. Vejamos.

Consta dos autos, que a paciente Cleonildes Silva da Costa, conhecida pelo vulgo de “Neide”, e o corréu Augusto César Lago dos Santos, seriam **líderes de uma organização criminosa**, especializada em traficar drogas, desde o ano de 2009, e atuavam nos municípios de Cantanhede, Pirapemas, São Mateus, Matões do Norte, Arari e Miranda do Norte.

Os autos noticiam, ainda, que a paciente e o referido corréu adquiriram grande quantidade de *crack*, na cidade de Campinas/SP, para disseminá-la na região, através de uma rede de distribuidores, que inclui, inclusive, mototaxistas.

A moldura fática delineada nos autos revela que agiu com acerto o juízo impetrado, ao decretar e manter a prisão preventiva da paciente, para resguardar a ordem pública.

No decreto prisional (fls. 121/122), restou assentado:

[...] Verifica-se, portanto, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, a necessidade da prisão preventiva dos acusados, para garantia da ordem pública, pois, em sendo soltos, nesse momento, é bem provável que voltem a praticar o ilícito penal, principalmente relacionado aos crimes de tráfico de drogas na Comarca de Cantanhede e em cidades vizinhas. [...]

José Luiz de Oliveira Almeida
Desembargador



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98) 3198 4481 gabjoseluiz@tjma.jus.br

A segregação foi mantida, pelo *decisum* de fls. 151/152, por não ter havido mudança na quadra fática que ensejou a medida extrema.

A alegação defensiva, acompanhada dos respectivos documentos, de que a paciente seria apenas uma trabalhadora (auxiliar de serviços gerais), não inibe, *ipso facto*, as conclusões do que fora apurado, até o momento, ao longo da persecução, ou seja, de que ela chefia uma organização criminosa voltada para a narcotraficância.

Afigura-se inviável, na estreita via do *writ*, revolver o arcabouço fático-probatório para desconstituir a versão acusatória narrada na denúncia, mormente quando a impetração não se desincumbe do ônus de trazer provas robustas e indenes de dúvidas a esse respeito.

A extrema periculosidade da conduta, pois, emerge de tal circunstância, revelando, também a necessidade da prisão preventiva, como medida necessária para cessar a disseminação de drogas em larga escala no interior do Estado.

Nesse sentido:

VI - O decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado em dados concretos extraídos dos autos, notadamente em evidências de que o paciente, em princípio, integraria, como líder, organização criminosa especializada em tráfico de drogas.

VII - "A necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa, enquadra-se no conceito de garantia da ordem pública, constituindo fundamentação cautelar idônea e suficiente para a prisão preventiva" (HC n. 95024/SP, Primeira Turma, Rel. Ministra Cármen Lúcia, DJe de 20/2/2009).

Habeas corpus não conhecido.⁸

Ainda:

Ementa: Processual penal. Habeas corpus. Tráfico de entorpecentes, associação para tráfico de entorpecentes (Arts. 33 e 35, da Lei n. 11.343/2006). Prisão

⁸ HC 294.092/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 10/02/2015, DJe 23/02/2015.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98) 3198 4481 gabjoseluiz@tjma.jus.br

preventiva. garantia da ordem pública. Organização criminosa. Real possibilidade de reiteração delituosa e de ameaça a testemunhas. Fundamentação idônea. 1. A existência de organização criminosa impõe a necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de seus integrantes como garantia da ordem pública, constituindo fundamentação cautelar idônea e suficiente para a prisão preventiva (HC 95.024/SP, 1ª Turma, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, DJe de 20/02/2009). 2. In casu, restou apurado na instrução criminal que o paciente é um dos líderes de organização criminosa composta por 40 (quarenta) integrantes, com estrutura profissional e atuação intensa no abastecimento de entorpecentes no estado da Paraíba, a evidenciar a necessidade de sua segregação cautelar para garantia da ordem pública, considerada a real possibilidade de reiteração delituosa, na linha da pacífica jurisprudência desta Corte: HC 98.290, Relator o Min. MARCO AURÉLIO, Relator p/ o acórdão Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJe de 21/06/11; 104.608, Relatora a Min. CÁRMEN LÚCIA, Primeira Turma, DJe de 01/09/11; HC 102.164, Relatora a Min. CÁRMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, DJe de 24/05/11; e HC 101.854, Relator o Min. EROS GRAU, Segunda Turma, DJe de 30/04/10 [...]⁹

Na mesma balada, esta e. Corte já assentou:

TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL SESSÃO DO DIA 09 DE SETEMBRO DE 2013
HABEAS CORPUS N.º 0008330-79.2013.8.10.0000 (034189-2013) - BACURI
PACIENTE: ELZENIRA RAMOS IMPETRANTE: HILDA FABÍOLA MENDES
RÊGO IMPETRADO: JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE BACURI/MA.
RELATOR: JOSÉ DE RIBAMAR FROZ SOBRINHO EMENTA PENAL.
PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGASE
ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. NEGATIVA DE AUTORIA. EXAME
APROFUNDADO DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. NÃO CONHECIMENTO.
PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. REQUISITOS
PREENCHIDOS. ORDEM DENEGADA. 1. A alegação de negativa de autoria não merece ser conhecida, uma vez que a sua análise exige o exame aprofundado das provas, importando, sem sombra de dúvidas, em revolvimento de toda a moldura fático-probatória delineada no curso da Ação Penal, sendo tal providência inaceitável na via estreita de remédio heróico. 2. **A prisão**

⁹ HC 108219, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 12/06/2012, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-155 DIVULG 07-08-2012 PUBLIC 08-08-2012.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98) 3198 4481 gabjoseluiz@tjma.jus.br

preventiva da paciente restou devidamente fundamentada, na medida em que, além de presentes os indícios suficientes da autoria e a materialidade delitiva, o ergástulo cautelar tem como suporte a garantia da ordem pública, eis que há elementos no sentido de que a mesma integra uma aparelhada organização criminosa dedicada ao tráfico de drogas. 3. Ademais, não se pode deixar de considerar o contexto no qual ocorreu a prisão da paciente, posto que resultou de uma operação policial que objetivou dar cumprimento a mandados de buscas e apreensão em 04 (quatro) residências, com o fim de desarticular a venda de drogas, resultando na prisão de diversos integrantes da suposta quadrilha e na apreensão de mais de 500 (quinhentas) pedras de "crack". 4. Ordem parcialmente conhecida e denegada. Unanimemente [...] ¹⁰

Assim, não procedem as alegações de carência de fundamentação do decreto prisional, cuja necessidade está claramente evidenciada nos autos, para resguardar a ordem pública, diante da fundada suspeita de a paciente ser líder de uma organização criminosa especializada em disseminar drogas em vários municípios do interior do Estado do Maranhão.

Por fim, reafirmo que a existência de predicativos favoráveis à concessão da ordem, por si sós, não tem o condão de elidir o decreto prisional, quando presentes os requisitos da prisão preventiva¹¹, como se vislumbra no presente caso.

Desta forma, a par do exposto, concluo que a prisão preventiva, inobstante gravosa, ainda se mostra necessária, como meio indispensável ao acautelamento da ordem pública.

Com essas considerações, conheço do presente *Habeas Corpus*, e, de acordo com o parecer da Procuradoria Geral de Justiça, denego a ordem impetrada.

¹⁰ TJMA. *Habeas Corpus* nº 34189/2013. Terceira Câmara Criminal. Rel. Des. José de Ribamar Froz Sobrinho. DJ: 13/09/2013.

¹¹ [...]02. "Condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, ocupação lícita e residência fixa, entre outras, não têm o condão de, por si só, garantirem ao recorrente a revogação da prisão preventiva se há nos autos elementos hábeis a recomendar a manutenção de sua custódia cautelar" (RHC 41.707/MG, Rel. Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 19/12/2014, HC 274.520/ES, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Quinta Turma, DJe de 17/12/2014, RHC 52.700/SP, Rel. Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 11/12/2014). [...]



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98) 3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

É como voto.

Sala das Sessões da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça
do Maranhão, em São Luís, 12 de janeiro de 2015.

DESEMBARGADOR José Luiz Oliveira de Almeida

RELATOR

José Luiz de Oliveira Almeida
Desembargador